

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**II Conferência do Desenvolvimento
CODE 2011****Área Temática 1:
“Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas Antropológicas”****Antropologia e ‘desenvolvimento’:
Balanço crítico de uma relação problemática
(DRAFT VERSION)****Peter Schröder
(pschroder@uol.com.br)****Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ Universidade Federal de Pernambuco****Resumo:**

O objetivo deste trabalho é uma avaliação crítica das relações históricas e atuais da antropologia com o campo político denominado ‘desenvolvimento’. Essas relações, diferenciadas e às vezes contraditórias, podem ser descritas em termos de aproximações, envolvimento, distanciamentos críticos e rejeições categóricas, porém o denominador comum de todas é um posicionamento crítico relativo ao próprio conceito de desenvolvimento, embora haja gradações consideráveis entre as posições. No entanto, até as abordagens desconstrutivistas mais radicais, que interpretam ‘desenvolvimento’ como um mero discurso de dominação, não conseguiram abalar o poder de um conceito que parece ter ganho novas forças pelo casamento com outro, sustentabilidade. A antropologia até agora tem sido mais bem sucedida em suas contribuições concretas a diversos setores e esferas de políticas de desenvolvimento. Para que a influência de pensamentos e saberes antropológicos seja maior sobre o campo político desenvolvimentista, é necessário reconhecer inicialmente que sua voz é apenas uma num campo disputado com outras áreas, cuja presença é bem mais consolidada há décadas. Por outro lado, os antropólogos precisam conhecer melhor o próprio campo em que são articuladas e realizadas políticas de desenvolvimento, em particular seus aspectos institucionais e organizacionais e suas linguagens próprias.

Palavras-chave: antropologia do desenvolvimento, conceito de desenvolvimento, crítica ao desenvolvimento.

Abstract:

The objective of this paper is a critical evaluation of anthropology’s historical and current relationships with the political field called ‘development’. These relationships, differentiated and sometimes contradictory, can be described in terms of approaches, involvements, critical estrangements and categorical rejections, but their common denominator is a critical positioning regarding the concept of development by its own, although there are considerable

differences between positions. However, even more radical deconstruction approaches, which interpret ‘development’ as a mere discourse of dominance, did not affect the power of a concept that seems to have gained new forces by ‘marrying’ with another, namely sustainability. Up to now, anthropology has been more well succeeded in its concrete contributions to various sectors and spheres of development politics. For anthropological thinking and knowledge having more influence in the field of development politics, it is necessary to recognize initially that its voice is only one in a field contested by other disciplines, whose status is well consolidated since decades. On the other hand, anthropologists need to know better the field where development politics are formed and accomplished, especially its institutional and organizational aspects and its proper language.

Key words: development anthropology, development concept, critique of development.

I. Introdução

Em sua pequena introdução ao conceito antropológico de cultura Roque Laraia escreveu: “Os antropólogos estão *totalmente convencidos* de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais” (2008: 17; grifo nosso). Uma afirmação tão clara e categórica em seu estilo não pode ser feita sobre as relações dos antropólogos com todo o campo de significados relacionados com o conceito de desenvolvimento. Pelo contrário, as posições e ideias dos antropólogos referentes ao conceito, às políticas e aos campos de atuação profissional relacionados com ele sempre foram heterogêneas e diferenciadas. Não há *um posicionamento* da antropologia relativo ao universo desenvolvimentista em suas diversas facetas.

No entanto, o conceito de ‘desenvolvimento’ desempenhou funções importantes nas trajetórias de diversas antropologias nacionais, seja como campo de atuação profissional para provar a utilidade prática de saberes antropológicos, seja como alvo de críticas para exercícios simbolicamente purgativos contra um passado de envolvimento colonialista da própria área, seja como tela de projeção para subsidiar, indiretamente, o processo de construção identitária da área, para citar apenas três exemplos. Como bem observou Soraya Fleischer (2007), no processo de amadurecimento da antropologia brasileira foram realizados diversos esforços de ‘desnaturalizar’ o conceito de desenvolvimento, enquanto ao mesmo tempo não seria possível negar um envolvimento heterogêneo em diversas políticas e ações atreladas ao conceito, porque a história da antropologia brasileira não podia ser desvinculada de debates sobre politização e ‘intervenção’.

De um ponto de vista **pragmático**, ‘desenvolvimento’ é um tema de suma importância para a antropologia, porque as políticas e ações vinculadas ao conceito interferem na vida de muitas pessoas e, especialmente, daqueles grupos, povos, comunidades e populações cujas culturas são estudadas por antropólogos há muito tempo. O **objetivo** deste trabalho é uma avaliação crítica das relações históricas e atuais da antropologia com o campo político denominado ‘desenvolvimento’, mostrando, em comparação internacional, a heterogeneidade das posições assumidas e delineando as consequências para intenções de transformar o campo por abordagens antropológicas.

Neste trabalho, optei por colocar ‘desenvolvimento’ entre aspas, porque o considero mais do que apenas um conceito com sua história específica. Do ponto de vista **ontológico**, defino

‘desenvolvimento’ como um campo socialmente estruturado, no sentido de Bourdieu (1985), porque engloba todo um conjunto de disposições estruturadas e estruturantes de ideias e ações. Ao mesmo tempo, ‘desenvolvimento’ também é um espaço institucional com suas próprias linguagens e modalidades de ações políticas engendradas. Como o campo é heterogêneo, com organizações, agências e atores disputando o que é desenvolvimento e como ele pode ser alcançado, também é pertinente lançar mão do conceito de *campo político*, no sentido de Bailey (1970: 16): “When the same society contains two or more rival political structures, this constitutes a *political field*: the criterion being the absence of an agreed set of rules which could regulate their conflict.”

Antropólogos são treinados em sua formação, pelo menos hipoteticamente, de levar em consideração o número maior possível de aspectos de algum fenômeno estudado e de olhar para ele a partir de diversos ângulos e pontos de vista para entendê-lo em sua complexidade e integração sistêmica. A visão holística é um dos lados fortes da abordagem antropológica ao campo ‘desenvolvimento’, permitindo – repito, hipoteticamente – enxergar diversas facetas, características e aspectos não percebidos por abordagens de outras áreas. Pode ser citado, por exemplo, a caracterização das ‘arenas’ de projetos locais da cooperação técnica internacional como “campos de batalha de saberes” (*battlefields of knowledge*), porque se trata de encontros muitas vezes conflituosos de diversos tipos de saberes dos vários atores sociais envolvidos no contexto de políticas de desenvolvimento e suas ações concretas (Long & Long 1992).

O olhar antropológico, no entanto, não representa uma garantia contra alguns pontos cegos em análises críticas do campo. Nos mais de vinte anos que atuo como pesquisador na área temática da antropologia do desenvolvimento conheci numerosos estudos refinados que descrevem e analisam as mais diversas situações locais com abordagens etnográficas e microsociológicas, mas muitos desses trabalhos perdem agudeza e acerto quando lançam o olhar para o nível macropolítico ou para o funcionamento e a lógica de atuação de organismos ou agências de desenvolvimento.

Neste trabalho vou realizar um balanço crítico das diversas relações da antropologia com o campo ‘desenvolvimento’ historicamente e na atualidade. Para isso começo com a história do próprio conceito de desenvolvimento e a presença antropológica nela, passando pela história do envolvimento da antropologia no campo para depois abordar os principais problemas e questões que se colocam à subárea denominada antropologia do desenvolvimento, sempre comparando os cenários nacional e internacional. Para antropólogos, os significados mais associados a ‘desenvolvimento’ podem divergir de acordo com os contextos políticos e institucionais nacionais, o que também influencia as opções temáticas e os posicionamentos relativos ao cenário desenvolvimentista. Antropólogos até apresentaram propostas alternativas aos significados convencionais de ‘desenvolvimento’ ou, ao contrário disso, tentaram desconstruir o conceito como mero discurso de dominação.

Meu argumento principal é que qualquer esforço desconstrutivista do conceito de ‘desenvolvimento’ por parte da antropologia terá impactos apenas muito limitados se ele não incluir aspectos políticos, econômicos e simbólicos em níveis micro e macro, num diálogo fértil com esforços paralelos em outras áreas das ciências sociais (no sentido mais amplo), porque nesse coro a antropologia representa apenas uma das vozes. Além disso, antropólogos precisam ficar conscientes de que o próprio conceito de ‘desenvolvimento’ está sujeito a transformações e ressignificações. Ele não é um monólito ahistórico, e isto, por sua vez, tem implicações para o envolvimento da antropologia com políticas de ‘desenvolvimento’, ou seja, uma histó-

ria onde a área tem sido mais bem sucedida do que em seus empreendimentos de críticas radicais ao campo.

II. O conceito de ‘desenvolvimento’ e sua historicidade

As origens do atual conceito de desenvolvimento podem ser identificadas nos pensamentos filosóficos e econômicos dos séculos XVIII e XIX, em teorias evolucionistas pré-darwinianas, mas também nas filosofias de evolução social do século XIX (Hegel, Marx, Spencer, etc.) e na economia clássica (Smith, Ricardo, etc.) (Larrain 1989: 1-4; Peet & Hartwick 2009: 23-52). Na *Begriffsgeschichte* (história do conceito) é impossível desvincular ‘desenvolvimento’ de conotações como ‘evolução’, ‘progresso’, ‘complexidade crescente’ ou ‘avanços e melhoramentos’. Desse modo, ele também entrou *explicitamente*, com o próprio termo ‘desenvolvimento’, na história do pensamento antropológico no século XIX, nas teorias de evolução cultural unilinear, o que ainda consegue provocar certos incômodos entre uma parte dos antropólogos (Ferguson 1997).

Na maior parte do século XX, ‘desenvolvimento’ tornou-se indissociável de outro conceito desfocado e ideologicamente carregado: ‘modernização’. E no pós-guerra, ‘desenvolvimento’ virou lema de políticas de transformação econômica e social alimentadas tanto pelos adversários da Guerra Fria quanto por governos não alinhados a eles. ‘Desenvolvimento’ ganhou feições específicas por meio de organismos e agências incumbidas de colocar em prática, através de programas e projetos, os princípios norteadores de políticas de desenvolvimento. Desse modo, ‘desenvolvimento’ se transformou historicamente de uma teoria explicativa num *campo* no sentido de Bourdieu e num *campo político* no sentido da antropologia política.

Contudo, ‘desenvolvimento’, nesse sentido historicamente mais recente, já existia antes da denominação oficial. Tanto as políticas de industrialização tardia da era Vargas quanto a industrialização forçada da União Soviética sob Stalin (Kotkin 1997) podem ser interpretadas com base no ideário desenvolvimentista das décadas posteriores. Ainda que Peet & Hartwick (2009: 143-196) versam sobre o socialismo histórico sob o título de “teorias não convencionais, críticas ao desenvolvimento” (capitalista), os regimes comunistas do Leste europeu, por exemplo, nunca conseguiram se livrar do legado das teorias evolucionistas do século XIX.

Antes de atacar e desconstruir ‘desenvolvimento’, então, é imprescindível de se dar conta da historicidade do conceito e das teorias vinculadas a ele. Em língua portuguesa não há nenhuma obra semelhante à vasta bibliografia sistemática do cientista político Ulrich Menzel (1993) sobre a história da teoria do desenvolvimento (*Entwicklungstheorie*). Em sua segunda edição ela já incluía cerca de três mil títulos organizados por períodos e vertentes teóricas. Para oferecer uma orientação aos usuários do livro, o autor apresentou na introdução de 50 páginas uma interpretação para a diversidade: teorias de ‘desenvolvimento’ podem ser vistas como modificações de quatro posições básicas (universalismo, nacionalismo, socialismo e racionalismo), os quais, por sua vez, podem ser encontradas nas obras de quatro pensadores (Ricardo, List, Marx e Weber, respectivamente). Sem querer entrar em detalhes, o que chama a atenção na obra é que dos mais de 2400 autores citados, apenas dois são antropólogos: Clifford Geertz e Darcy Ribeiro. Descontando um viés hipotético, mas difícil de provar, por se tratar de um politólogo, é a abrangência e diversidade dos textos levantados que deixa o leitor com a impressão de que a antropologia teve pouco a dizer sobre o assunto em comparação

com outras áreas. No caso do livro de Peet & Hartwick (2009), a impressão não é muito diferente.

O próprio campo político do ‘desenvolvimento’ ficou caracterizado, desde meados do século passado, por diversas vertentes teóricas que subsidiaram as políticas implementadas. Uma coletânea interessante que sintetizou novas abordagens à teoria do desenvolvimento foi organizada por Reinold Thiel (1999). Naquela época, Thiel era editor-chefe da conceituada revista *E+Z (Entwicklung und Zusammenarbeit, ‘desenvolvimento e cooperação’)* e regularmente ofereceu espaço para contribuições antropológicas. Para a coletânea dois antropólogos, Thomas Bierschenk, da Universidade de Mainz, e Frank Bliss, da Universidade de Hamburgo, escreveram artigos, porém uma leitura superficial permite enxergar imediatamente que as vozes dos economistas, sociólogos e cientistas políticos são predominantes. No contexto das abordagens apresentadas, os antropólogos chamaram a atenção, como era de esperar, para as dimensões culturais de processos classificados como ‘desenvolvimento’. Neste sentido, segundo o editor, as abordagens antropológicas se encaixariam numa tradição teórica iniciada por Max Weber ao estudar a influência de religiões sobre a evolução do capitalismo.

No jargão desenvolvimentista os princípios políticos e muitas vezes também as teorias que norteiam as políticas são chamados ‘paradigmas’ (por exemplo, ‘estratégias voltadas para necessidades básicas’ ou ‘combate à pobreza’). Em suas sequências históricas eles parecem ter um significado semelhante àquele definido por Kuhn (1996) para as ciências exatas, mas apenas à primeira vista. Trata-se, na realidade, majoritariamente de chavões e lemas proclamados depois de políticas que não alcançaram os objetivos declarados, com base em acordos politicamente possíveis (Esteve 2000).

Atualmente, o ‘paradigma’ mais importante é ‘desenvolvimento sustentável’, e qualquer debate sobre ‘desenvolvimento’ na atualidade quase inevitavelmente precisa se referir ao conceito de sustentabilidade em suas diversas facetas. Poucos autores conseguiram sintetizar tão bem as discussões em torno de ‘desenvolvimento sustentável’ quanto o economista José Eli da Veiga (2006). O autor optou por separar ‘desenvolvimento’ de ‘sustentabilidade’ e analisar os dois conceitos separadamente, mostrando todo o espectro de significados possíveis. Com seus comentários críticos, Veiga demonstra as dificuldades de desvincular ‘desenvolvimento’ da noção de crescimento econômico, apesar da grande diversidade de abordagens apresentadas como pensar o conceito.

Também nos debates sobre sustentabilidade, e não apenas ‘desenvolvimento sustentável’, as vozes antropológicas parecem ser periféricas, com poucas contribuições pontuais como, por exemplo, o artigo de Ribeiro (1991) poucos anos depois do ‘lançamento oficial’ do conceito ao nível global (para um debate mais atualizado ver Wiber & Turner 2010). Os debates são dominados por economistas, geógrafos, sociólogos e cientistas políticos. Uma consulta espontânea no portal Scielo reforça a impressão.

É interessante observar que na década de 1990 foi anunciado o ‘fim do desenvolvimento’ devido ao afã crítico de autores pós-modernos e aos fracassos concretos das mais diversas modalidades de políticas de desenvolvimento. Gardner & Lewis (1996:1), por exemplo, começaram seu livro com “Development in ruins”. Em muitos círculos acadêmicos, especialmente em departamentos de ciências sociais, foi proclamado que estudar ‘desenvolvimento’ seria alguma coisa superada do passado. Teria chegado a época do ‘pós-desenvolvimento’. O *Dicionário do Desenvolvimento* (2000), organizado por Wolfgang Sachs, é uma obra exemplar neste sentido. No entanto, o ‘campo’ se revelou muito resistente aos aguçados prognósti-

cos desconstrutivistas. Graças ao ‘casamento’ com ‘sustentabilidade’, o conceito de ‘desenvolvimento’ continua revigorado, e até grandes esquemas desenvolvimentistas, como a hidrelétrica de Belo Monte ou as obras de transposição do São Francisco, ganharam amplo apoio político apesar das mais diversas críticas articuladas no âmbito da sociedade civil, como se todas as críticas aos mega projetos das décadas de 1970 e 1980 fossem apenas algum assunto do passado.

Ou seja, ‘desenvolvimento’ não morreu, mas apenas trocou seus adereços e se adaptou a novos cenários nacionais e internacionais.

III. O envolvimento da antropologia com o ‘desenvolvimento’

O envolvimento de antropólogos com o campo ‘desenvolvimento’ começou na época do pós-guerra, embora suas origens, como no caso do próprio conceito de ‘desenvolvimento’ possam ser identificadas em períodos anteriores. No caso dos antropólogos americanos e britânicos, por exemplo, elas são vistas na Antropologia Aplicada antes e durante a Segunda Guerra Mundial e no contexto colonial (Hoben 1982), embora hoje em dia todos os antropólogos envolvidos de alguma forma em atividades e políticas vinculadas a agências de desenvolvimento façam questão de se distanciar categoricamente de tal passado da área. Na América Latina, por sua vez, tais origens podem ser identificadas com facilidade na participação de antropólogos nas políticas indigenistas em diversos contextos nacionais e em experiências em projetos de desenvolvimento comunitário (Favre 1998: 98-125). No Brasil, como mostram Ribeiro (2004) e Souza Lima (2004), as formas de praticar uma antropologia comprometida foram acompanhadas por debates sobre aspectos éticos de intervenções em favor de povos indígenas e outras vítimas de políticas desenvolvimentistas, em particular a partir da década de 1970.

Segundo Seithel (2000), em sua história detalhada das mais diversas formas de engajamento antropológico junto aos povos indígenas, o surgimento e a consolidação da antropologia do desenvolvimento não podem ser analisados desvinculados de experiências no âmbito da *action anthropology* (Schlesier 1980), dos projetos de *community development* (Fals Borda 1985) gerenciados por antropólogos (Doughty 1987), de conceitos como *antropologia comprometida* e de toda a história da *advocacy anthropology* (Seithel 2004).

Não faz sentido tentar recapitular aqui toda a trajetória do envolvimento de antropólogos com o campo de ‘desenvolvimento’, o que é feito, por exemplo, nas obras de Gardner & Lewis (1996), Kievelitz (1988), Nolan (2001) ou Olivier du Sardan (1995). No Brasil, ainda está faltando um trabalho de envergadura temática parecida. Mais importante me parece destacar que o número de antropólogos que atuaram no campo ‘desenvolvimento’ inicialmente, nas décadas de 1950 a 1970, era muito pequeno, e suas atividades geralmente estavam circunscritos a projetos locais onde eles atuaram como especialistas para ‘problemas culturais’ (no jargão desenvolvimentista da época). Uma mudança nas orientações profissionais foi observada, nos Estados Unidos, nas décadas de 1970 e 1980 e, em alguns contextos nacionais europeus, nos anos 80 e 90 do século passado, com um número significativamente maior de antropólogos optando pela ‘cooperação internacional para o desenvolvimento’ como mercado profissional. Hoben (1982) e Gardner & Lewis (1996) explicaram essa mudança com motivos bastante pragmáticos devido à diminuição de vagas nos ambientes acadêmicos convencionais.

Esse caminho para uma parte da “quinta subdisciplina” da antropologia, como Marietta Baba (1994) chamou a antropologia prática, não se abriu com facilidade em alguns contextos nacionais. Na Alemanha, tanto antes quanto depois da Queda do Muro, a competência profissional de antropólogos de atuar em ambientes extra-muros tem sido explicitamente contestada por vários representantes de agências de cooperação internacional e do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (*Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung/ BMZ*). Hoje em dia, apesar de o campo profissional ‘desenvolvimento’ ou, especificamente, ‘cooperação internacional para o desenvolvimento’ ter se tornado uma opção real para uma parte dos antropólogos alemães, são poucos que lá conseguiram estabelecer vínculos empregatícios duradouros.

No Brasil, por sua vez, um envolvimento mais abrangente de antropólogos em atividades relacionadas com o campo ‘desenvolvimento’, em particular com projetos e programas de cooperação internacional, pode ser constatada sobretudo a partir da década de 1990, embora existissem experiências anteriores (por exemplo, no contexto do Programa Grande Carajás). Diversas experiências antropológicas com conceituações alternativas de ‘desenvolvimento’, no entanto, já têm sido feitas desde a década de 1970, principalmente no cenário expansivo de organizações não governamentais, indigenistas, ambientalistas e de direitos humanos em geral. A maioria dos envolvimento de antropólogos brasileiros com a cooperação internacional é pontual e de curta duração, geralmente com base em contratos de consultoria. Um ambiente institucional que favoreceu bastante essas formas de atuação profissional antropológica foi o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), com seus diversos subprogramas e projetos. Um trabalho que problematiza bem o contraste entre as contratações para consultorias – e os cronogramas bastante delimitados para o trabalho antropológico – e a pesquisa de campo convencional é o artigo de Wilson (1998).

Ainda não existe nenhuma avaliação geral dessas atuações de antropólogos brasileiros no campo ‘desenvolvimento’, e para uma parte das experiências talvez seja precipitado produzir declarações generalizantes, mas um início foi feito com as coletâneas de Leite (2005: 157-212) e Araújo & Verdum (2010) para alguns setores de atuação. É possível se perguntar por que antropólogos brasileiros ainda não estão procurando de forma mais intensiva o campo profissional ‘desenvolvimento’. Não levando em consideração opções éticas, o que por enquanto, sem maiores informações disponíveis, apenas levaria a meras especulações, vale a pena destacar que o mercado acadêmico convencional ainda se encontra em expansão, de modo que uma explicação macroeconômica, ou seja, ‘pragmática’, pode ser mais convincente nesta altura.

É importante frisar que a maioria das atuações antropológicas no campo ‘desenvolvimento’ convencional, financiado por governos nacionais ou organismos internacionais (como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ PNUD ou o Banco Mundial), está inserida em modalidades de cooperação internacional ou aquilo que antigamente era chamado ‘ajuda ao desenvolvimento’ (*development aid*), então em cenários institucionais bastante consolidados, porém em transformação constante.

Na literatura especializada frequentemente se encontra uma distinção entre antropologia *do* desenvolvimento e antropologia *no* desenvolvimento (*development anthropology* e *anthropology of development*), embora esta diferenciação costume ser mais destacada na literatura em inglês do que nas publicações brasileiras (por exemplo, Gardner & Lewis 1996: 50-76, 128-152). A primeira denominação refere-se a envolvimento ativos com políticas de ‘desenvolvimento’ nos mais diversos níveis e esferas, enquanto a segunda costuma ser definido como o

estudo acadêmico crítico do próprio conceito de ‘desenvolvimento’ e das políticas vinculadas a ele de um ponto de vista distanciado, ‘de fora’, sem envolvimento e, supostamente, menos questionável do ponto de vista ético. No Brasil, tal distinção não ganhou muito destaque, ao menos explicitamente, mas chama a atenção que uma busca na Plataforma Lattes, cruzando ‘antropologia’ como área com ‘antropologia do desenvolvimento’, produz um número bem menor de resultados do que simplesmente combinar ‘antropologia’ com ‘desenvolvimento’.

A própria distinção, num primeiro momento, teve um valor heurístico inegável por mostrar como antropólogos podem abordar ‘desenvolvimento’, porém ela contém um perigo implícito de simplificar a realidade por oferecer uma visão polarizadora que, na realidade, muitas vezes não existe dessa forma. Antropólogos podem atuar, por exemplo, como consultores em projetos para agências de cooperação técnica internacional e, depois de terminar os contratos, elaborar reflexões críticas sobre as experiências.

Um outro perigo implícito é tentar atribuir a uma das opções uma posição eticamente privilegiada, como se antropólogos atuando no campo ‘desenvolvimento’ não tivessem preocupações com a ética profissional (sobre um exemplo de orientações éticas elaborados por uma associação de antropologia do desenvolvimento ver Schröder 2007). Algumas críticas triviais contra a atuação de *development anthropologists*, como se estes não possuíssem compromissos éticos profissionais, desprezando suas capacidades intelectuais de avaliar criticamente o campo profissional em que estão atuando, podem ser encontradas também em Escobar (1995). Um debate produtivo sobre as relações da antropologia com o campo ‘desenvolvimento’ deveria evitar tais maniqueísmos antigos.

IV. Contribuições antropológicas aos estudos sobre ‘desenvolvimento’

Antes de falar sobre os temas específicos trabalhados por antropólogos quando eles optam pelo campo ‘desenvolvimento’, prefiro começar com uma pequena observação. Durante o VIII Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE), em julho de 2003, na UFMA em São Luís, organizei, junto com uma colega, Karin Naase, um grupo de trabalho sobre “Antropologia do Desenvolvimento”, com participação de antropólogos brasileiros e estrangeiros tanto do meio universitário quanto de agências de cooperação técnica. Foi muito interessante constatar que, num primeiro momento, havia certo estranhamento sobre os enfoques concretos de uma antropologia do desenvolvimento. Enquanto os participantes europeus falaram mais sobre políticas articuladas por agências de cooperação técnica e financeira, os brasileiros chamaram mais a atenção para as políticas de desenvolvimento de governos nacionais voltadas para os próprios territórios nacionais, e menos sobre a *aid industry* (Gardner & Lewis 1996: 8-11). Na realidade, nenhum dos dois enfoques pode ser considerado ‘errado’. Eles apenas refletem experiências concretas em diversos ambientes acadêmicos nacionais. O tema da cooperação internacional, por exemplo, é relativamente recente para a antropologia brasileira, embora o primeiro acordo de cooperação técnica firmado entre os governos do Brasil e da Alemanha (Occidental) fosse de novembro de 1963, para citar apenas um exemplo histórico.

Para elaborar uma pequena lista de temas ligados à área de pesquisa ‘antropologia e desenvolvimento’, a qual também inclui a antropologia do desenvolvimento propriamente dita, lancei mão de um levantamento bibliográfico sobre a área, iniciado em 1992 e atualizado anualmente, sobre toda a produção científica sobre ‘antropologia e desenvolvimento’ em cinco

línguas (inglês, francês, espanhol, português e alemão). As primeiras entradas começam com títulos da década de 1950. Embora a bibliografia certamente não seja completa, ela já abrange mais de 1.700 títulos em cerca de 150 páginas.

Entre os temas podem ser citados principalmente:

- ◆ Discussões sobre o próprio conceito de desenvolvimento em suas diversas facetas, incluindo conceitos alternativos;
- ◆ Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável do ponto de vista das ciências humanas;
- ◆ Teoria e prática da antropologia do desenvolvimento;
- ◆ Antropologia do desenvolvimento no contexto das antropologias práticas/ aplicadas;
- ◆ O conceito de cultura no contexto de políticas de desenvolvimento;
- ◆ Atuação de antropólogos no contexto da ajuda humanitária e da ajuda contra catástrofes (*Katastrophenhilfe*);
- ◆ Gênero e ‘desenvolvimento’;
- ◆ ‘Desenvolvimento’ em áreas rurais/ agrodesenvolvimento;
- ◆ Saúde;
- ◆ Turismo e políticas de fomento ao turismo;
- ◆ Inovação tecnológica, tecnologias cultural e socialmente adaptadas;
- ◆ Microempendedorismo;
- ◆ Saberes locais (*local knowledge*) em suas diversas manifestações para os mais variados domínios da vida;
- ◆ Estudos antropológicos de agências e organismos de desenvolvimento;
- ◆ ‘Participação’ em seus diversos significados, facetas e práticas;
- ◆ Grandes projetos e seus impactos sobre a população local;
- ◆ Indígenas no contexto de políticas de desenvolvimento;
- ◆ Métodos e técnicas da antropologia no contexto da cooperação internacional;
- ◆ Microcrédito e saberes da antropologia econômica;
- ◆ Relatos de experiências antropológicas em agências, organismos e projetos de ‘desenvolvimento’.

Esta lista não é exaustiva e nem implica numa hierarquização temática, porque ainda não realizei uma avaliação quantitativa dos títulos levantados. No entanto, é possível afirmar que há certos temas do campo ‘desenvolvimento’ sobre os quais há mais conhecimentos antropológicos acumulados do que sobre outros, a saber: gênero; saúde; temas rurais (agricultura e pastoralismo); saberes locais; conceitos e técnicas de participação; e a problematização do conceito de cultura com relação ao âmbito desenvolvimentista. Trata-se de temas sobre os quais a antropologia atualmente possui mais conhecimentos consolidados do que, por exemplo, uma subárea que já produziu, tanto no contexto nacional quanto internacional, um *corpus* bibliográfico maior: a sociologia do desenvolvimento.

Desse modo, podemos constatar que a antropologia tem muito a dizer sobre ‘desenvolvimento’ e, também, muito a contribuir devido às experiências acumuladas.

V. Alternativas antropológicas aos significados convencionais de ‘desenvolvimento’

Antropólogos também apresentaram propostas alternativas aos significados convencionais relacionados a ‘desenvolvimento’. O mais conhecido é *etnodesenvolvimento*, conceituado, na década de 1970, como a idealização de os povos indígenas criar a capacidade de propor e elaborar seu próprio “projeto civilizatório” (Bonfil Batalla 1981, Stavenhagen 1985, Varese 1985). Sua estratégia principal seria o fortalecimento das oportunidades para tomadas de decisões sobre o próprio futuro de acordo com os próprios valores culturais, para ganhar mais controle sobre a organização econômica e política de suas vidas. A tarefa dos antropólogos seria o de intermediadores e assessores por meio de pesquisas a serviço dos povos indígenas.

Inicialmente, o conceito de etnodesenvolvimento teve uma repercussão ampla, sobretudo, no meio indigenista não governamental, mas na década de 1990 já fazia parte de diversos discursos indigenistas governamentais. No entanto, sua popularização não foi tão grande que hoje em dia todo e qualquer projeto local autogerenciado por indígenas receba o rótulo ‘etnodesenvolvimento’. Embora ele, hipoteticamente, não precise ficar restrito às situações de povos indígenas como minorias étnicas dentro de estados nacionais, sendo que grupos não indígenas também podem elaborar seus projetos de um futuro melhor com base em seus próprios valores e práticas culturais, de fato experiências de projetos elaborados com base no conceito de etnodesenvolvimento foram realizadas quase exclusivamente com povos indígenas (ver, por exemplo, Almeida 2001 e, como análise de um caso de um país vizinho, Healy 1992).

Uma reinterpretação recente do conceito foi realizada por Jack Fong (2008) com relação ao contexto birmanês. Segundo o autor, etnodesenvolvimento não só deveria ser pensado em contextos nacionais, onde um governo central forte teria a função de garantir a minorias étnicas espaços para propor e gerenciar projetos que garantem um futuro autodeterminado. A proposta de Stavenhagen não colocaria em questão o papel de um estado forte e autoritário. Além disso, o conceito de etnodesenvolvimento não teria sido proposto e elaborado por indígenas, mas por antropólogos não indígenas. Em vez disso, seria pertinente uma revisão do conceito no sentido de oferecer possibilidades de articulação de um próprio projeto étnico *contra* um estado opressor. Neste sentido, etnodesenvolvimento ganharia uma conotação mais liberatória (*liberation ethnodevelopment*).

No caso de ‘etnodesenvolvimento’, ainda não se trata de um conceito morto, porém seu uso continua ser relativamente restrito, mas também há situações onde ele é aplicado indiscriminadamente para projetos que envolvem indígenas, sem levar em conta seus significados emancipatórios, o que causa certo esvaziamento semântico.

Um caminho diferente, menos ‘*top-down*’, foi proposto por antropólogos que defendem definições locais de ‘desenvolvimento’ (por exemplo, Dahl & Rabo 1992 ou vários artigos na coletânea de Abram & Waldren 1998). A ideia básica é deixar um grupo/ uma comunidade/ uma população identificar problemas locais de acordo com percepções próprias e, como antropólogos, apenas assessorar na descoberta de caminhos de solução pensados em termos de um futuro melhor. Uma abordagem deste tipo pode parecer bastante simpática de um ponto de vista relativista, ao menos à primeira vista, mas, ao mesmo tempo, pode ser criticado por muitas vezes deixar em aberto uma série de questões como: Há de fato uma reavaliação e redefinição de ‘desenvolvimento’? Ou será que visões locais sobre um futuro melhor não dispensam o uso do conceito de ‘desenvolvimento’? Será que não se trata, em vez de uma reconceitualização, de uma estratégia mais ‘soft’ e mais flexível para continuar com as políticas engendradas dos organismos e agências doadores que, afinal de contas, ainda controlam todos os recursos? E será que visões locais, só por serem ‘locais’, são menos problemáticas do ponto de vista ético? Afinal, quem define essas visões no cenário local?

VI. As críticas radicais

O questionamento do próprio conceito de ‘desenvolvimento’ por antropólogos não representa nenhum fenômeno recente. Ele já pode ser identificado nos textos dos primeiros antropólogos ativamente envolvidos em políticas e projetos do campo desenvolvimentista na década de 1960 e depois nas críticas dos neomarxistas nos anos 70. Os pontos centrais dessas críticas têm sido, até hoje, que políticas de ‘desenvolvimento’ muitas vezes representam um projeto neocolonial de expansão capitalista global para reproduzir estruturas de desigualdade criadas no passado.

Na antropologia acadêmica dos meios universitários apareceu um novo tipo de críticas nas décadas de 1980 e 1990, embasadas apenas em parte no pensamento marxista, mas principalmente na virada pós-moderna na área e em leituras de Foucault. Com seu enfoque em ‘discursos’ e nas relações entre saberes e poder, esse conjunto de críticas às vezes é chamado ‘crítica pós-moderna ao desenvolvimento’ ou ‘pós-desenvolvimento’. A análise de ‘desenvolvimento’ como ‘discurso’ e de seu papel na formação daquilo que é definido como ‘realidade’ em políticas de desenvolvimento levou à chamada para desconstruir todo o campo epistemológico em torno do conceito e das políticas pautadas nele.

Algumas das obras mais citadas no contexto das críticas ‘pós-desenvolvimento’ são Rahmena & Bawtree (1997), Sachs (2000) e, na antropologia, Escobar (1995) e Ferguson (1994). Segundo estes autores, ‘discursos de desenvolvimento’ funcionam como representações de cosmovisões hegemônicas que bloqueiam, para as pessoas vítimas de tais políticas, os caminhos para pensar em alternativas para alcançar o bem-estar.

No entanto, as abordagens pós-modernas também receberam críticas por outros autores críticos do campo ‘desenvolvimento’. Fora as críticas do campo marxista mais tradicional, que reafirmaram o olhar para as bases materiais da expansão capitalista (por exemplo, Kiely 1999), também surgiram questionamentos contundentes por parte de antropólogos: os autores do ‘pós-desenvolvimento’ representariam o campo de forma equivocada como bastante homogêneo, esquecendo as divergências internas do campo político, e teriam prestado pouca atenção a abordagens baseadas em agência, os quais revelariam uma enorme heterogeneidade de reações a ‘desenvolvimento’ e reinterpretações de ‘modernização’ por parte das pessoas nas mais diversas partes do mundo (Arce & Long 2000, Everett 1997).

Apesar das contribuições importantes da vertente pós-moderna para o entendimento do campo ‘desenvolvimento’, por chamar a atenção para sua dimensão discursiva, seus impactos ficaram bastante limitados aos círculos internos dos meios acadêmicos. Trata-se de debates acadêmicos bastante inócuos que não atingiram um público mais amplo e, ainda menos, os profissionais não formados em antropologia que atuam no campo ‘desenvolvimento’. Como constatou o antropólogo Christoph Antweiler num livro recente: “A realidade social do mundo atual está pouco preocupada com as dúvidas e escrúpulos dos cientistas sociais e culturais” (2011: 51). E o mesmo autor afirma (2005: 32-33): os debates sobre representação na antropologia têm um público bastante reduzido.

Como um exemplo contrário, de um livro de ‘impacto profundo’ no campo desenvolvimentista, pode ser citado o relato de Brigitte Erler (2003). A ex-consultora da antiga agência

alemã de cooperação técnica GTZ (atualmente GIZ) narra como projetos voltados para a redução de pobreza não só não alcançaram seus objetivos, mas produziram o contrário, ou seja, mais pobreza. Por isso, tal ajuda seria “mortal” (*tödliche Hilfe*). Até agora, nenhum texto antropológico crítico a políticas de ‘desenvolvimento’ atingiu um público tão amplo. A vantagem de Erlar era ter conhecido os mecanismos internos de funcionamentos de uma agência de cooperação internacional.

VII. O que os antropólogos precisam fazer

Chegou o momento de se perguntar, parafraseando Lênin, “o que fazer?”.

A trajetória do tema ‘antropologia e desenvolvimento’ mostra que antropólogos têm relações heterogêneas e ambíguas com o campo ‘desenvolvimento’. Estas podem ser descritas em termos de aproximações, envolvimento, distanciamentos críticos e rejeições categóricas, porém o denominador comum de todas é um posicionamento crítico relativo ao próprio conceito de desenvolvimento, embora haja gradações consideráveis entre as posições. ‘Desenvolvimento’ está entrelaçado com a história da antropologia, de modo que Ferguson (1997) o tacha de “*evil twin*”, cuja existência ela preferia negar, se fosse possível. Como vimos, negar o envolvimento da antropologia com o campo ‘desenvolvimento’ não passaria de *wishful thinking*. Ou seja, **os antropólogos precisam enfrentar uma discussão sistemática, e não apenas moralizante, sobre questões éticas relacionadas com aproximações ao e afastamentos profissionais do campo ‘desenvolvimento’**, o que implica num confronto com aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (2000: 170) chamou “o fantasma do relativismo”.

Qualquer convocatória de antropólogos para desconstruir o conceito de ‘desenvolvimento’ provoca, ao mesmo tempo, questões sobre o peso da antropologia no conjunto das áreas que estudam ‘desenvolvimento’, os possíveis impactos de sua voz e até – o que à primeira vista pode estranhar – conhecimentos concretos e consolidados de representantes da área sobre o campo político, de maneira que as críticas às vezes acabam sendo denunciadas como amadorismo ou, pior, diletantismo.

A antropologia goza de uma posição ‘privilegiada’ para criticar o campo ‘desenvolvimento’ apenas por causa de suas abordagens específicas e seus conhecimentos acumulados sobre cultura no singular e no plural, mas não por eventuais experiências mais abrangentes com o campo do que outras ciências. Desse modo, um posicionamento ingênuo que muitas vezes pode ser lido em trabalhos de antropólogos brasileiros é a ideia de que a ‘invenção da roda’ das críticas ao ‘desenvolvimento’ (como conceito e campo político) pode ser credenciada quase exclusivamente às ciências sociais latino-americanas, como se tais críticas tampouco tivessem surgido nas sociedades dos países industrializados antigos e como se não existissem amplos debates de grande divulgação sobre os rumos de políticas de desenvolvimento nas mesmas sociedades, não raramente muito acirrados. Nas bibliotecas dos institutos de ‘pesquisa de desenvolvimento’ (*development research*, *Entwicklungsforschung*) é fácil encontrar nas estantes seções intituladas ‘crítica ao desenvolvimento’ (*Entwicklungshilfekritik*). **Livrar-se de alguns pressupostos ingênuos** é um passo fundamental para a antropologia.

Há mais de vinte anos, David Gow (1988: 13) comentou com ironia que “[...] development anthropologists studiously avoid defining what they believe the principal objectives of development or their particular approach to development to be, unless expressed in general terms

that no one can really take issue with, [...]”. O que confirma apenas as observações da parte anterior deste trabalho. Ou seja, antropólogos precisam definir claramente sua posição no grande concerto das vozes sobre ‘desenvolvimento’. Uma retirada para um posicionamento ultrarrelativista deixa críticas antropológicas inócuas e, por sua vez, vulneráveis a outras críticas. **Se para antropólogos ‘desenvolvimento’ não passa de uma ideologia etnocêntrica, eles também precisam esclarecer suas posições sobre transformações sociais e culturais e como se relacionar com o desafio que pessoas podem ter visões de um futuro melhor que muitas vezes entram em choque com os valores dos próprios antropólogos.** Um desafio deste tipo foi analisado por Arce & Long (2000) com relação a uma região na Bolívia.

Cinco anos depois, Gow (1993) descreveu a posição de antropólogos que estudam ‘desenvolvimento’ como estando sob fogo cruzado tanto de outros cientistas quanto de especialistas que atuam nas agências de desenvolvimento. Antropólogos teriam sérios receios de debater teorias de desenvolvimento e também grandes dificuldades de abandonar perspectivas micro e tratar de questões de poder político e econômico em ambientes macro. Isto permite tirar pelo menos duas conclusões: **(a) os antropólogos podem continuar a estudar e criticar ‘desenvolvimento’ como até agora fizeram majoritariamente, expondo se ao risco de serem considerados ‘parceiros menores’ nos debates, ou (b) eles optam por esforços interdisciplinares de combinar, como programa básico, etnografia, antropologia política e politologia para entender políticas, organismos e agências de desenvolvimento e suas culturas institucionais,** seguindo as sugestões de Hüsken (2006), Lewis et al. (2002) e Wentzel (2004).

Como dois trabalhos que ilustram o caminho da segunda opção podem ser citadas as teses de doutorado de Maria Barroso Hoffmann (2008) e Renata Curcio Valente (2009, publicada em 2010) sobre a cooperação internacional norueguesa e alemã, respectivamente. Sem querer entrar em detalhes destes trabalhos, nota-se a importância, como na prática etnográfica, de aprender falar ‘a língua dos nativos’ em dois sentidos: a linguagem institucional característica, que às vezes funciona como um código restrito (no sentido da sociolinguística de Bernstein 1964, 1966), e a língua do país de origem da agência, porque muitas informações sobre ela não circulam em documentos traduzidos, além do fato de que os funcionários e cooperantes estrangeiros das agências de cooperação internacional muitas vezes se comunicam entre eles em seus idiomas maternos.

Dois estudos de conteúdo e envergadura singulares também merecem ser citados, porque indicam a utilidade do segunda opção. O livro de Robertson (1984) continua ser uma das melhores introduções antropológicas ao funcionamento de políticas de desenvolvimento. Em vez de destacar a diversidade de tais políticas, o autor chama a atenção para a unicidade do planejamento desenvolvimentista em escala macro. Um dos *clous* da obra: uma instrução para criar 38.000 programas de desenvolvimento por combinar diversos ‘paradigmas’, e isto em apenas uma única página (!), por saber usar as palavras ‘certas’ dos códigos estabelecidos. Certamente não será fácil encontrar uma crítica mais contundente ao universo desenvolvimentista.

O segundo estudo, de Rottenburg (2009), denominado pelo autor uma “parábola da ajuda ao desenvolvimento”, é uma narrativa ficcional, ou melhor, semi-ficcional, porque ela possui embasamentos empíricos bastante concretos. A história de um projeto imaginário elaborado para melhorar o fornecimento de água numa região rural da África Subsaariana ilustra como funcionam políticas de desenvolvimento, interagem os atores envolvidos e como ‘problemas’,

em todos os sentidos, são criados. É o que pode ser chamado um *insider story* escrito com fundamentos antropológico.

Um dos lados mais fortes do pensamento antropológico sempre tem sido a **problematização do conceito de cultura**. Graças ao conjunto de críticas antropológicas, as dimensões culturais de todo o campo ‘desenvolvimento’ hoje em dia quase não são mais negadas categoricamente, como muitas vezes aconteceu no passado, embora em uma série de organismos e agências cultura ainda goze de um status periférico, como se fosse algum ‘fator complementar’ a ser levado em consideração *também*. A transformação do campo desenvolvimentista não será alcançada por se encapsular (ou praticar *cocooning*) em retóricas pós-estruturalistas. Por que não se inspirar num trabalho como aquele realizado pelo antropólogo Michael Schönhuth (2005), da Universidade de Trier, que elaborou um tipo de vade-mécum sobre conceitos de cultura para agências de cooperação internacional?

Se os antropólogos, numa espécie de “obsessão por alteridade” (van der Walt 2006), apenas insistirem em diferença como critério quase exclusivo para falar de cultura, certamente perderão audiência.

Bibliografia

- ABRAM, Simone & WALDREN, Jacqueline (eds.). 1998. *Anthropological Perspectives on Development: Knowledge and Sentiment in Conflict*. (European Association of Social Anthropologists/ EASA) London and New York: Routledge.
- ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. 2001. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. (Territórios Sociais, 5). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- ANTWEILER, Christoph. 2005. *Ethnologie: Ein Führer zu populären Medien*. Berlin: Dietrich Reimer.
- _____. 2011. *Mensch und Weltkultur: Für einen realistischen Kosmopolitismus im Zeitalter der Globalisierung*. (Der Mensch im Netz der Kulturen / Humanismus in der Epoche der Globalisierung, 10) Bielefeld: Transcript.
- ARAÚJO, André Luis de O. & VERDUM, Ricardo (org.). 2010. *Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- ARCE, Alberto & LONG, Norman. 2000. Consuming Modernity: Mutational Processes of Change. In _____ & _____ (eds.): *Anthropology, Development and Modernities: Exploring Discourses, Counter-Tendencies and Violence*, pp. 159-183. London, New York: Routledge.
- _____. & _____ (ed.). 2000. *Anthropology, Development and Modernities: Exploring Discourses, Counter-Tendencies and Violence*. London, New York: Routledge.
- BABA, Marietta L. 1994. The Fifth Subdiscipline: Anthropological Practice and the Future of Anthropology. *Human Organization*, 53(2): 174-186.
- BAILEY, F.G. 1970. *Stratagems and Spoils: A Social Anthropology of Politics*. Oxford: Basil Blackwell.

- BARROSO HOFFMANN, Maria. 2008. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Tese de doutorado. PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ.
- BERNSTEIN, Basil. 1964. Elaborated and Restricted Codes: Their Social Origins and Some Consequences. *American Anthropologist*, 66: 55-69.
- _____. 1966. Elaborated and Restricted Codes: An Outline. *Sociological Inquiry*, 36: 254-261.
- BONFIL BATALLA, Guillermo (ed.). 1981. *Utopía y revolución: El pensamiento político contemporáneo de los indios en América Latina*. México: Nueva Imagen.
- BOURDIEU, Pierre. 1985. *Sozialer Raum und "Klassen". Leçon sur la leçon. Zwei Vorlesungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000 [1998]. Etnicidade, eticidade e globalização. In *O trabalho do antropólogo*, pp. 169-188. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- DAHL, Gudrun & RABO, Annika (eds.). 1992. *Kam-Ap or Take-Off: Local Notions of Development*. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology.
- DOUGHTY, Paul L. 1987. Vicos: Success, Rejection and Rediscovery of a Classic Program. In EDDY, Elizabeth M. & PARTRIDGE, William L. (eds.): *Applied Anthropology in America*, pp. 433-459. Second edition. New York: Columbia University Press.
- ERLER, Brigitte. 2003 [1985]. *Tödliche Hilfe: Bericht von meiner letzten Dienstreise in Sachen Entwicklungshilfe*. 14. Auflage. (Hayit Diskurs, 14) Köln: Hayit Medien.
- ESCOBAR, Arturo. 1995. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- ESTEVA, Gustavo. 2000. Desenvolvimento. In SACHS, Wolfgang (ed.): *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, pp. 59-83. Petrópolis: Vozes.
- EVERETT, Margaret. 1997. The Ghost in the Machine: Agency in "Poststructural" Critiques of Development. *Anthropological Quarterly*, 70: 137-151.
- FALS BORDA, Orlando. 1985. *Conocimiento popular: Lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia*. Bogotá: Punta de Lanza.
- FAVRE, Henri. 1998. *El indigenismo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- FERGUSON, James. 1994. *The Anti-Politics Machine: "Development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- _____. 1997. Anthropology and Its Evil Twin: "Development" in the Constitution of a Discipline. In COOPER, Frederick & PACKARD, Randall (eds.): *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge*, pp. 150-175. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- FLEISCHER, Soraya. 2007. Antropólogos 'anfíbios'? Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 18(1): 37-70.
([www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume18-1/Artigo_2_\(Soraya_Fleischer\).pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume18-1/Artigo_2_(Soraya_Fleischer).pdf); acesso em 05/09/2011)
- FONG, Jack. 2008. Revising the Ethnodevelopment Model: Addressing Karen Self-Determination within the Context of the Failed Ethnocratic State of Military-Ruled Burma.

Ethnic and Racial Studies, 31(2): 327-357.

- GARDNER, Katy & LEWIS, David. 1996. *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*. (Anthropology, Culture & Society) London, Chicago: Pluto Press.
- GOW, David D. 1988. Development Anthropology: The Quest of a Practical Vision. *IDA – Development Anthropology Network* (Bulletin of the Institute for Development Anthropology), 6(2): 13-17.
- _____. 1993. Doubly Damned: Dealing with Power and Praxis in Development Anthropology. *Human Organization*, 52(4): 380-397.
- HEALY, Kevin. 1992. Back to the Future: Ethnodevelopment among the Jalqá of Bolivia. *Grassroots Development*, 16(2): 22-34.
- HOBEN, Allan. 1982. Anthropologists and Development. *Annual Review of Anthropology*, 11: 349-375.
- HÜSKEN, Thomas. 2006. *Der Stamm der Experten: Rhetorik und Praxis des Interkulturellen Managements in der deutschen staatlichen Entwicklungszusammenarbeit*. Bielefeld: Transcript.
- KIELY, Ray. 1999. The Last Refuge of the Noble Savage? A Critical Assessment of Post-development Theory. *The European Journal of Development Research*, 11(1): 30-55.
- KIEVELITZ, Uwe. 1988. *Kultur, Entwicklung und die Rolle der Ethnologie*. (Beiträge zur Kulturkunde, 11) Bonn: Politischer Arbeitskreis Schulen (PAS).
- KOTKIN, Stephen. 1997. *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- KUHN, Thomas. 1996. *The Structure of Scientific Revolutions*. Third edition. Chicago: The University of Chicago Press.
- LARAIA, Roque de Barros. 2008. *Cultura: um conceito antropológico*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LARRAIN, Jorge. 1989. *Theories of Development: Capitalism, Colonialism and Dependency*. Cambridge: Polity Press.
- LEITE, Ilka Boaventura (org.). 2005. *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA.
- LEWIS, David et al. 2002. *Practice, Power and Meaning: Framework for Studying Organizational Culture in Multi-Agency Rural Development Projects*. (International Working Paper, 12) London: Center for Civil Society (CCS).
- LONG, Norman e Anne LONG (eds.). 1992. *Battlefields of Knowledge: The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development*. London, New York: Routledge.
- MENZEL, Ulrich. 1993. *Geschichte der Entwicklungstheorie: Einführung und systematische Bibliographie*. 2. überarbeitete, erweiterte und aktualisierte Auflage. (Schriften des Deutschen Übersee-Instituts Hamburg, 18) Hamburg: Deutsches Übersee-Institut.
- NOLAN, Riall W. 2001. *Development Anthropology: Encounters in the Real World*. Boulder, CO: Westview Press.

- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 1995. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. (Collection Hommes et Sociétés) Marseille: APAD; Paris: Karthala.
- PEET, Richard & HARTWICK, Elaine. 2009. *Theories of Development: Contentions, Arguments, Alternatives*. Second edition. New York, London: Guilford Press.
- RAHMENA, Majid & BAWTREE, Victoria (eds.). 1996. *The Post Development Reader*. London: Zed Books.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1991. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, 34: 59-101.
- _____. 2004. Practicing Anthropology in Brazil: A Retrospective Look at Two Time Periods. *Practicing Anthropology*, 26(3): 6-10.
- ROBERTSON, Alexander Foster. 1984. *People and the State: An Anthropology of Planned Development*. (Cambridge Studies in Social Anthropology, 52) Cambridge: Cambridge University Press.
- ROTTENBURG, Richard. 2009. *Far-Fetched Facts: A Parable of Development Aid*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- THIEL, Reinold E. (Hg.). 1999. *Neue Ansätze zur Entwicklungstheorie*. (Themendienst der Zentralen Dokumentation, 10) Bonn: Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung (DSE).
- SACHS, Wolfgang (ed.). 2000 [1992]. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes.
- SCHLESIER, Karl H. 1980. Zum Weltbild einer neuen Kulturanthropologie. Erkenntnis und Praxis: Die Rolle der Action Anthropology. Vier Beispiele. *Zeitschrift für Ethnologie*, 105(1): 32-66.
- SCHÖNHUTH, Michael. 2005. *Glossar Kultur und Entwicklung: Ein Vademecum durch den Kulturdschungel*. (Trierer Materialien zur Ethnologie, 4) Eschborn: GTZ; Bern: DEZA; Trier: Universität Trier – Fach Ethnologie.
- SCHRÖDER, Peter. 2007. Orientações éticas para a antropologia prática: o caso de uma associação profissional na Alemanha. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 18(2): 271-292. ([www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume18\(2\)/Artigo_10.pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume18(2)/Artigo_10.pdf); acesso em 05/09/2011)
- SEITHEL, Friderike. 2000. *Von der Kolonialethnologie zur Advocacy Anthropology: Zur Entwicklung einer kooperativen Forschung und Praxis von EthnologInnen und indigenen Völkern*. (Interethnische Beziehungen und Kulturwandel, 34) Hamburg: Lit.
- _____. 2004. Advocacy Anthropology: History and Concepts. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 15(1): 5-48. ([www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15\(1\)/Artigo%201.pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15(1)/Artigo%201.pdf); acesso em 05/09/2011)
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2004. Anthropology and Indigenous People in Brazil: Ethical Engagement and Social Intervention. *Practicing Anthropology*, 26(3): 11-15.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. 1985. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico/84*: 11-44.

- VALENTE, Renata Curcio. 2010. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LACED/ e-papers.
- VAN DER WALT, Sybille. 2006. Die Last der Vergangenheit und die kulturelrelativistische Kritik an den Menschenrechten: Ursprung und Folgen der westlichen Alteritätsobsession. *Saeculum*, 57(2): 231-253.
- VARESE, Stefano. 1985. Cultural Development in Ethnic Groups: Anthropological Explorations in Education. *International Social Science Journal*, 37(2): 201-216.
- VEIGA, José Eli da. 2006. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond.
- WENTZEL, Sondra. 2004. Complementando perspectivas de ‘for a’ e de ‘dentro’: observações antropológicas sobre os projetos voltados para povos indígenas do Programa Piloto (PPG7). *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 15(2): 47-84.
- WIBER, Melanie & TURNER, Bertram. 2010. *Moral Talk: The Ontological Politics of Sustainable Development*. (Working Paper, 123) Halle (Saale): Max Planck Institute for Social Anthropology.
(www.eth.mpg.de/cms/en/publications/working_papers/pdf/mpi-eth-working-paper-0123.pdf)
- WILSON, Ruth P. 1998. The Role of Anthropologists as Short-Term Consultants. *Human Organization*, 57(2): 245-252.